

EDUCAÇÃO E COMUNIDADE

AGOSTINHO FERNANDES *

Solicitaram-me os responsáveis por esta publicação que apresentasse uns breves apontamentos sobre Educação e Comunidade. Porque não sou um especialista em Ciências da Educação procurarei apenas reflectir um pouco na qualidade de professor que fui e nas vivências e problemáticas que tenho enfrentado e defendido como autarca.

Esta dupla qualidade associada à de simples cidadão, pai e encarregado de educação que também fui, permite-me analisar este tema desapassionadamente e sem complexos, uma vez que tenho sido e sou um observador atento, e um actor interveniente na questão da educação nomeadamente ao nível da gestão autárquica e poder local em termos de implementar um modelo de desenvolvimento para o Município que tenha e que continue a ter a educação como suporte e factor potencial e potenciador.

Sobre este aspecto sinto-me muito à vontade para falar uma vez que no meu discurso, e na minha prática, a educação esteve sempre presente e tem acompanhado a gestão autárquica de Vila Nova de Famalicão.

A alguns que falaciosamente há anos vêm dizendo que continuo a eleger a educação como acção e estratégia prioritária, os factos, as circunstâncias, os contextos presentes e os horizontes que se vislumbram no panorama educativo mais uma vez confirmam que a educação é um processo contínuo,

* Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Membro do Conselho Cultural da Universidade do Minho, em representação da Associação de Municípios do Vale do Ave.

dinâmico, aberto, flexível e como tal anunciador e percursor de novas ideias, metodologias, formas de acção e maneiras de ser e estar.

Em suma, a educação não pode ser um sector que ande atrelado nas grandes opções estratégicas da política nacional mas sim algo que, pela sua própria essência e natureza, deverá ser assumido como permanentemente prioritário, pioneiro e vanguardista.

1 – A partir dos finais dos anos 70, com os debates preparatórios da actual Lei de Bases do Sistema Educativo Nacional, e conseqüente desenvolvimento da Reforma Curricular, assistiu-se a uma onda de estudos e investigação no domínio das ciências da educação nas suas diferentes vertentes.

Foram anos de certa efervescência nos meios académicos, nos órgãos da administração, na escola e em todos os agentes directa e indirectamente ligados ao acto educativo.

Ao mesmo tempo, para além da introdução de novas nomenclaturas, verificaram-se também grandes evoluções na prática educativa em termos de gestão, avaliação, organização, modelos pedagógicos e didácticas específicas.

Por sua vez, os princípios e objectivos da Lei de Bases trazem consigo novas dimensões da Educação, novo conceito de Escola como Instituição, Criatividade e Espírito de Mudança, Relação Escola – Comunidade, Projecto Educativo, Área Escola, Sequencialidade de Ciclos de Estudos, Integração, Estatuto da Carreira Docente, Equipamentos e Recursos, Tipologias e exigências de Profissionalidade. Apesar de tudo o que foi escrito e dito, apesar das promessas e perspectivas e a um ano de se estender a reforma em termos curriculares até ao 12.º ano, verificamos que todo este processo, que inicialmente surgiu cheio de virtudes e esperanças, se tem traduzido, por vezes, em desilusão, incongruências, contradições e dificuldades de vária ordem que tornam difícil a operacionalização e a procura de eficácia da própria reforma por razões que são sobejamente conhecidas.

Preocupante é que, com este cenário, comecem a surgir sinais evidentes de um certo divórcio entre a Escola e a Sociedade, e uma Crise de Identidade da escola como Instituição e respectiva Comunidade Educativa.

2 – Em Dezembro de 1994, o Conselho Nacional da Educação promoveu e organizou, em Viana do Castelo, um Seminário subordinado ao tema: "Educação, Comunidade e Poder Local". Por convite do Dr. Marçal Grilo deveria comentar, juntamente com o Professor Doutor Victor Crespo, uma comunicação apresentada pelo meu amigo Dr. Joaquim Azevedo sobre: "Educação e Desenvolvimento Local". Apesar de sobre a hora e por motivos de força maior não poder estar presente, tive oportunidade de analisar o documento e de elaborar um comentário que enviei.

Nessa comunicação, documento que aconselho a ler e a estudar Joaquim Azevedo partindo de uma notícia: "Escolas Fecham Aldeias" publicada num Semanário de grande tiragem, num estilo e com a mestria que o

caracteriza como especialista e responsável da Educação que foi, pegou em duas situações com modelos e contextos sócio-educativos diferentes retirados da Geografia actual da Educação em Portugal.

A partir daí, através de uma forma que lhe é muito peculiar, desenvolveu e contrapôs os conceitos de Escola Enclave e Hegemónica aos de Escola Charneira e Parceira bem como Central e Local a propósito da relação Escola/Comunidade, Projecto Educativo, Centralização e Descentralização.

Nesta perspectiva penso que o paradigma que devemos procurar é o da Escola Aberta que como Instituição privilegiada para o acto de ensinar e educar seja cada vez mais um Centro de Recursos Técnicos e Humanos e um dos Pólos, não o único, de Desenvolvimento e Dinamismo da Comunidade que deve servir. Partindo do princípio que a escola não poderá nem deverá impor um Projecto Educativo à comunidade, tipo "Pronto a Vestir", é fundamental que esta tenha a capacidade, os meios e a cultura suficiente para se associar às realidades e interesses sócio-económicos e culturais do meio e das populações que serve. Assim obedecendo a uma lógica integrada, integradora, complementar e de parceria torna-se imperioso que essa relação seja feita com o tecido empresarial, movimento associativo, autarquias, instituições várias e cidadãos.

É claro que estes aspectos são contrariados por deficiências organizacionais e estruturais a nível de escola, por resistências paradoxais a uma nova cultura e mentalidade que se deverá exigir dos intervenientes no processo educativo nos mais diversos níveis de decisão e no âmbito da política educativa, organização escolar e avaliação permanente do sistema. Sobre estes aspectos os trabalhos e investigações de João Formosinho, Sousa Fernandes, Licínio Lima, Almerindo Afonso, C. Estevão, Manuel Sarmento, entre outros, da Escola da Universidade do Minho merecem reflexão e aplicação.

Por outro lado é também necessário rever a questão do Parque e Rede Escolar, equipamentos e recursos educativos, sobrelotação e desertificação para que não se repitam cenas como a seguinte: Há dias numa reportagem televisiva e também noticiada por órgãos da Imprensa escrita, feita em Montalegre, numa escola do 1.º ciclo, a única criança que a frequentava dizia: – Vou fazer tudo por tudo para a professora me reprovar este ano para que a escola não feche...

3 – Vila Nova de Famalicão foi dos primeiros municípios do país a elaborar uma Carta Escolar, que resultou de um processo negocial com todos os estabelecimentos de ensino, estruturas do Ministério da Educação e Autarquias.

Este documento, não sendo rígido e estático, dividiu o concelho em 11 territórios ou áreas educativas por forma a rendibilizar os equipamentos desde o Pré-Primário ao Ensino Secundário.

Em cada território educativo prevê-se uma articulação, integração e

sequencialidade de ciclos através do aproveitamento, reconversão, construção e rentabilização dos equipamentos e recursos, sendo potenciada a relação dos estabelecimentos de ensino, como centros de recursos técnicos e humanos, com as diferentes dinâmicas locais envolvendo vários parceiros por forma a que os projectos educativos contribuam também para a promoção e valorização do meio e das suas populações.

Foi neste contexto e obedecendo a esta filosofia que Vila Nova de Famalicão foi pioneiro na implantação do modelo das Escolas Básicas Integradas – EBIs, que consideradas experiências viáveis, necessitam contudo de novas tipologias construtivas e funcionais bem como de uma autonomia e estatuto próprios reconhecidos pelo Ministério da Educação. Até porque e tratando-se de um tipo de escola com muito para dar e receber, segundo um dos seus maiores defensores – O Professor Eurico Lemos Pires – será um espaço aberto à inovação e criatividade e palco de vivências e práticas diferentes e complementares onde haja lugar para o ensino formal e não formal, formação profissional, ensino recorrente, animação sócio-cultural e prática da educação cívica.

Ao mesmo tempo, a sua localização no território do concelho, não só permite descongestionar o centro “urbano e elitista”, como contribui para valorizar as freguesias mais periféricas. Mais uma vez, e quase sem querer, entramos na dialéctica do central e local à escala municipal.

Para além das EBIs, as escolas preparatórias, secundárias e profissionais bem como a Universidade Lusíada vão permitindo que os famalicenses tenham uma oferta educativa diversificada e padrões de educação e formação que considero satisfatórios.

Por fim, e porque na educação jamais haverá uma obra acabada, e mal estaríamos se assim fosse, prevenindo-se a transferência de competências no domínio da educação da Administração Central para o Poder Local, a educação continuará a ser um sector fundamental para o desenvolvimento das comunidades.

Para tal torna-se necessário que, juntamente com as competências, venham os meios e recursos financeiros que tornem viáveis a operacionalização e a eficácia do processo educativo, para que as escolas sejam cada vez mais parceiras e agentes do desenvolvimento das populações.

Até lá e recordando o ilustre e saudoso Dr. Manuel Simões, Director da Casa Museu de Camilo Castelo Branco, recentemente falecido, “é preciso transgredir para progredir” e o progresso em geral e muito em especial na educação tem sido feito muitas vezes com transgressões aos modelos impostos e já ultrapassados. E, na minha opinião, muito bem, quando está em causa a procura de novas vias para novos destinos e desafios.